

15.º Encontro Nacional do MUSP



15º ENCONTRO NACIONAL DO MUSP

CARTA REIVINDICATIVA IMEDIATA EM DEFESA DAS FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

As funções sociais do Estado e os serviços públicos estão na ordem do dia e merecem da parte dos utentes a maior preocupação, pelos sucessivos ataques de que têm sido alvo por parte dos governos da política de direita, ao longo de dezenas de anos em que as políticas concretizadas visam, objectivamente, a sua destruição.

As funções sociais do Estado – Saúde, Educação, Habitação, Segurança Social e Cultura – são postas em causa, através do desinvestimento em meios financeiros, humanos e equipamentos e pelo recurso a diferentes formas de privatização.

Os serviços públicos que asseguram as funções sociais do Estado, apresentam cada vez mais sinais de degradação, com a falta de meios humanos e de equipamentos que ou não substituídos ou não são devidamente mantidos.

Os serviços públicos que garantem as funções sociais do Estado, estão sujeitos à falta de médicos de família e de especialidade; às listas de espera para as consultas ou cirurgias; ao recorrente encerramento de urgências; a uma Escola Pública cada vez mais pulverizada e em que o princípio da universalidade está posta em causa; às pensões de reforma cada vez mais degradadas; à Cultura cada vez mais afastada das populações; a ter de optar entre comer ou pagar a prestação usurária da habitação à Banca, ou dormir na rua numa tenda.

Em todos os outros assistimos à degradação dos serviços prestados, como no caso dos transportes, tenham eles natureza pública ou de concessão; à redução de serviços de correios e postais; a aumentos dos tarifários nas telecomunicações, na electricidade, nos combustíveis; a banca pública dá lucro, mas encerra balcões onde ela faz falta às populações, na segurança pública encerram postos e esquadras ou reduzem o seu horário de funcionamento, aumentando o sentimento de insegurança.

Os utentes dos serviços públicos têm afirmado com a luta travada, a necessidade de defender as funções sociais do Estado e os serviços públicos e têm travado em muitos casos as tentativas da sua privatização e destruição.

O Movimento de Utentes dos Serviços Públicos, reunido em Encontro Nacional, decide aprovar uma Carta Reivindicativa Imediata, em que exige:

1. A consolidação das funções sociais do Estado, previstas na Constituição da República Portuguesa;
2. Nos serviços públicos, em concreto:
 - 2.1) No Serviço Nacional de Saúde, valorização das carreiras e dos vencimentos, e reforço dos efectivos das diferentes categorias profissionais, equipamento e instalações; investimento público de qualidade; fim da privatização de hospitais e centros de saúde, por diferentes formas de que se destacam as PPP e as concessões; fim do encerramento das urgências hospitalares;
 - 2.2) Na Escola Pública, o seu reforço e valorização em meios humanos - docentes e não docentes – da acção social escolar, das condições de trabalho e das aprendizagens e o fim da municipalização;
 - 2.3) Nos transportes públicos, a manutenção da esfera pública, da CP, Transtejo, Soflusa, TAP e outras empresas ou serviços concessionados a privados; o reforço do material circulante e de meios humanos; a construção da Linha de Alta Velocidade, Terceira Travessia sobre o rio Tejo e Novo Aeroporto de Lisboa, com projeto, construção e exploração directa pelo Estado;
 - 2.4) Nos correios e telecomunicações, reversão das privatizações, nomeadamente, dos CTT e reabertura dos balcões encerrados em muitos pontos do País;

Coimbra, 15 de Março de 2025

15º Encontro Nacional do MUSP